Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO
luanapatriolino.df@dabr.com.br

(Interina)

Alvo de críticas

A AGU assumiu a defesa tanto de Bolsonaro quanto de Wal do Açaí. No entanto, a medida foi alvo de críticas e polêmica entre especialistas — que apontaram não ser de atribuição da autarquia representar a ex-funcionária do então deputado. No caso, o órgão pediu o arquivamento do processo e argumentou, em nota, que está autorizado a representá-la, pois os atos imputados a ela teriam sido praticados durante exercício de cargo público. Há controvérsias…



Pesca em pauta

O ex-ministro da Pesca Altemir Gregolin (2006-2010) está confiante na retomada da pasta durante o governo Lula. Ele, que foi coordenador do tema da equipe de transição, destacou a importância de alavancar o setor, com foco na melhoria de vida dos pescadores e aquicultores. "No Brasil, são mais de 4 milhões de famílias de pescadores, 1 milhão de famílias de aquicultores, 16 mil trabalhadores na indústria da pesca, 1,7 milhões de toneladas de produção por ano, R$ 25 bilhões de Produto Interno Bruto (PIB) gerados pela Pesca e Aquicultura e ainda U$$ 400 milhões em exportações. Ou seja, um setor importante e com um potencial gigante", disse à coluna.

Planos

Lula anunciou que irá recriar o Ministério da Pesca — extinto e incorporado ao Ministério da Agricultura na reforma ministerial de outubro de 2015. Como status independente novamente, a pasta terá quatro secretarias e estrutura com áreas estratégicas para o setor. São elas: Secretaria de Aquicultura; Secretaria de Pesca Artesanal; Secretaria de Pesca Industrial e Indústria do Pescado; e Secretaria de Registro, Monitoramento, Pesquisa e Estatística.

Gabinete fantasma

Deve sair das mãos da Advocacia-Geral da União (AGU) a defesa da ex-secretária parlamentar da Câmara dos Deputados Walderice Santos da Conceição, que ficou conhecida como "Wal do Açaí", na ação que investiga se ela foi funcionária fantasma do gabinete do presidente Jair Bolsonaro (PL), entre 2003 e 2018, enquanto ele atuava como deputado. A demanda deve ser abandonada, com a escolha do procurador Jorge Messias como o ministro da AGU no governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).



Mais um processo

O jornalista Luan Araújo pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de processo criminal contra a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), que sacou e apontou uma arma de fogo contra ele na véspera da votação do segundo turno. Na ação, endereçada ao ministro Gilmar Mendes, a defesa do homem diz que a bolsonarista teria cometido quatro delitos: racismo; ameaça; perigo para a vida ou saúde de outrem; constrangimento ilegal majorado pelo emprego de arma de fogo.

Reprodução/Redes Sociais



Cadê a arma?

Carla Zambelli ainda não cumpriu a determinação de Gilmar Mendes, da última terça-feira, para devolver a sua arma em até 48h. A coluna procurou a assessoria da deputada para descobrir se ela já entregou o revólver que sacou contra o jornalista, mas não obteve retorno. Após ordem do magistrado, a parlamentar chegou a dizer que seria "impossível cumprir o prazo".

Retorno presencial

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) representará a categoria no Grupo de Trabalho criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para acompanhar o cumprimento de decisão referente ao retorno ao trabalho presencial no Poder Judiciário. O presidente da entidade, Luiz Antonio Colussi, foi nomeado membro do colegiado pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão. O objetivo é fiscalizar a volta dos servidores e andamento dos processos com o expediente presencial.

PODER / Silvinei Vasques é investigado por improbidade administrativa e esteve no centro das polêmicas, após derrota de Jair Bolsonaro (PL) e bloqueio das rodovias federais. Ele foi exonerado um dia antes da aposentadoria

Governo aposenta diretor da PRF

» LUANA PATRIOLINO

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) concedeu aposentadoria voluntária a Silvinei Vasques, recém-exonerado da chefia da corporação, réu por improbidade administrativa e alvo de investigação por suposta prevaricação. Silvinei tem 47 anos. Ele ingressou na PRF em 1995 e deixa a corporação aos 27 anos de carreira de policial rodoviário federal.

A informação consta de portaria publicada no *Diário oficial da União (DOU)* desta sexta-feira, 23. O documento é datado de 21 de dezembro, última quarta-feira, e assinado pelo diretor de Gestão de Pessoas da PRF, Marcos Alves Pereira.

Aliado do presidente Jair Bolsonaro (PL), Silvinei é acusado de improbidade administrativa e uso indevido do cargo para beneficiar a candidatura do chefe do Executivo nas eleições de outubro passado. No último dia 6, foi escolhido para uma cadeira na Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro.

Investigação PF

No mês passado, a Polícia Federal abriu um inquérito para investigar a atuação de Silvinei Vasques diante das manifestações bolsonaristas que bloquearam as rodovias federais. O objetivo é apurar se a corporação cometeu eventuais abusos desde o segundo turno da eleição.

O primeiro fato a ser averiguado é a conduta do diretor da corporação na realização de blitz da PRF em 30 de outubro — dia do segundo turno no país. Na data, moradores do Nordeste usaram as redes sociais para denunciar operações da corporação nas estradas da região. De acordo com eles, os agentes colocaram barricadas em vários pontos, atrasando a votação dos eleitores.

A PF ainda investiga se Vasques teve uma conduta omissa em relação aos bloqueios de rodovias feitos por manifestantes bolsonaristas. Inconformados com o resultado nas urnas — que teve o candidato Jair Bolsonaro (PL) como derrotado — caminhoneiros e outros apoiadores do chefe chefe do Executivo bloquearam estradas com violência incitações golpistas.

Outra polêmica acerca do caso é que um dia após o Ministério Público Federal (MPF) pedir o afastamento do diretor-geral da PRF, a corporação decretou férias do chefe do órgão. O órgão solicitou a retirada dele do cargo por um período de 90 dias e uma investigação por improbidade administrativa. Segundo a procuradoria, Vasques deve responder por uso indevido da função, com desvio de finalidade, além de símbolos e imagem da instituição policial para favorecer Jair Bolsonaro.

Carolina Antunes/PR



Silvinei Vasques é investigado pelo bloqueio de estradas durante o segundo turno das eleições

> **Não é possível dissociar da narrativa desta inicial a possibilidade das condutas do requerido, especialmente na véspera do pleito eleitoral"**
>
> ***Eduardo Benones,*** *procurador da República*

O MPF também lembrou uma postagem de Silvinei Vasques nas redes sociais, um dia antes da votação do segundo turno, pedindo voto para Bolsonaro, então candidato à reeleição. "Não é possível [...] dissociar da narrativa desta inicial a possibilidade de que as condutas do requerido, especialmente na véspera do pleito eleitoral, tenham contribuído sobremodo para o clima de instabilidade e confronto instaurado durante o deslocamento de eleitores no dia do segundo turno das eleições e após a divulgação oficial do resultado pelo TSE", argumentou à época o procurador da República Eduardo Benones.

Investigado por agressão, Silvinei Vasques já respondeu por agredir fisicamente um funcionário de um posto de combustível em Goiás. O caso, ocorrido em outubro de 2000, rendeu à vítima uma indenização de R$ 53 mil pagos pela União. A Advocacia-Geral da União (AGU) cobra de Vasques o ressarcimento da despesa. A preço de hoje, são R$ 99 mil.

A agressão ocorreu em um posto no município de Cristalina, há 22 anos. À época, ele era o chefe de uma delegacia da PRF em Joinville (SC). Um comboio seguia do Sul para um treinamento em Brasília, quando parou no posto de combustível da cidade goiana, considerado uma base da corporação para reabastecimento.

Em entrevista, o homem, que pediu para não ter o nome publicado, diz que foi espancado por ter feito corretamente o seu trabalho de organizar o funcionamento do posto e que ainda sente medo quando um carro da PRF se aproxima. (**Com Agência Estado**)

Bolsonarista sai da prisão

O empresário Júlio Farias, que ameaçou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), deixou a prisão ontem, após pagar uma fiança de pouco mais de R$ 60 mil — o equivalente a 50 salários mínimos. O bolsonarista foi preso em flagrante portando um silenciador para fuzil, comprado na internet, sem autorização legal. O valor foi fixado em audiência de custódia.

A Justiça Federal impôs uma série de medidas a serem cumpridas por Farias: ele terá de se apresentar em juízo mensalmente, todo dia 24 e está proibido de mudar e residência, sem prévia autorização judicial, ou de se ausentar por mais de oito dias, sem comunicar o lugar onde será encontrado, sob pena de quebramento da fiança.

O bolsonarista foi detido na última quinta-feira em Macapá. Durante as diligências, a Polícia Federal apreendeu dez armas de fogo, um fuzil, espingardas, revólver e pistolas, além de 3.153 munições de diversos calibres.

As ordens para busca, apreensão e prisão foram expedidas pela 12ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, que ainda suspendeu o porte e posse de armas registradas em nome do empresário. O juízo ainda determinou que o investigado mantenha distância mínima de duzentos metros do parlamentar.

As medidas foram decretadas a pedido da Polícia Legislativa do Senado Federal. O órgão apontou 'fortes indícios de ameaça e crimes contra a honra' de Randolfe. As apreensões e suspeitas que recaem sob Farias foram citadas na decisão que liberou o empresário, mediante pagamento de fiança.